
EDITORIAL

Os (des)caminhos das Empresas da Educação

Para entender o descaminho representado pelo PROUNI – Programa Universidade para Todos – baixado pela Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004, é necessário compreender como foi formado e como agora, surpreendentemente, vai sendo consolidado um conjunto de empresas da Educação, cujo objetivo central – como o de qualquer empresa – é o lucro do empresário.

Antes de aprofundarmos esta questão, é necessário fazer ressalvas seletivas e essenciais. Não se trata de fazer condenação simplista e generalizada das Instituições ou estabelecimentos privados na área de Educação. Mesmo porque, sua existência é amparada por lei e a rede de Instituições privadas registra muitas que são sérias, consistentes e tradicionais. Destaque, aqui, para várias que têm, como mantenedores, ordens religiosas de diferentes confissões (católicas, metodistas, presbiterianas e luteranas).

Pode-se mencionar, também, Instituições mantidas por entidades comunitárias que expressam a demanda por educação superior não atendida pelo Estado. Esse é o caso do conjunto das Fundações do Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), iniciativas com características de originalidade locoregional, construídas em Santa Catarina.

Referimo-nos, aqui, ao conjunto das empresas de Educação de nível superior, criadas dentro do clima de licenciosidade, ainda hoje existente, cujos expoentes máximos são os donos das escolas, o Conselho Nacional de Educação (sucessor do famigerado Conselho Federal de Educação, um verdadeiro antro, com sólida hegemonia privatista) e o Ministério da Educação.

Ações antigas e atuais dessa associação de “conveniências” confirmam a falta de critérios, a incapacidade de fiscalizar e, portanto, a cumplicidade explícita com processos de privatização, particularmente deletérios, que sempre favoreceram os interesses do “capitalismo universitário” no Brasil.

Cabe, portanto, denunciar o linguajar enganoso da Exposição Intermistrial nº 061/2004/MEC/MF que “institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências”.

Verifica-se, assim, que o MEC e o Ministério da Fazenda reconhecem uma nova categoria de “benfeitores” sociais, para os quais instituem “outras providências” para lá de generosas, na forma de polpudas anistias e renúncias fiscais.

Seria cômico, se não fosse trágico, um governo eleito para reverter esse tipo de dilapidação de recursos públicos, não só manter, mas também aprofundar políticas lesivas ao melhor interesse republicano.

Na verdade, essas entidades beneficentes são as mesmas que sempre foram beneficiárias do exercício de um tipo particular de “filantropia”, muito bem caracterizado pela hoje clássica denominação de “pilantragem”. Ou seja, pilantragem explícita, pura, instituída e mantida por um conjunto de mecanismos imorais, só recentemente enfrentados pelo Ministério Público, que configuram uma vergonhosa promiscuidade pública-privada precursora das PPP (Parceria Público-Privada), em favor dos “tubarões” que lucram e acumulam gordos patrimônios às custas das burras do Tesouro Nacional.

Essa é uma situação antiga, denunciada recentemente em uma série de artigos de Josias de Souza, na “Folha de São Paulo”, em 2001/2002. Uma frase criativa do artigo “Brasília se mexe para livrar ‘filantropia’ das aspas” (p. A19, 05/maio/2002) resume a questão: *“É a caridade aética, é a promiscuidade administrativa, é o BMW beneficente, é o jatinho caritativo, é a perversão religiosa, é a isenção tributária sem olhos para a ralé, é a desatenção social do tucanato, é ...”*.

Como funcionam tais mecanismos “beneficentes”?

Existe um Cebas (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) emitido pela Previdência Social, através do qual o mundo dos negócios educacionais (e também da Saúde) não paga impostos. Quem emite o certificado é o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), formado por 17 integrantes, que representam o Estado e entidades civis.

Com o “mágico” Cebas, deixa-se de pagar Imposto de Renda, contribuições à Previdência Social, IPTU, IPVA e Cofins. Em 2001, a renúncia fiscal situou-se ao redor de R\$ 2,5 bilhões.

É uma enorme soma de recursos desviada para a acumulação privada, rapidamente transformada em patrimônio pessoal dos empresários da Educação. Com muita frequência, as empresas são familiares e seus líderes são eleitos para a Câmara dos Deputados, onde passam a compor a “bancada” educacional privatista e defender seus lucrativos negócios.

Por isso, não é difícil explicar a conivência do Governo Lula com esse clima de “libertinagem” generalizada com recursos públicos. Trata-se de ampliar a “base parlamentar” de apoio, a aliança com os donos do capital, já com vistas ao projeto de reeleição do Presidente, transformado em referencial político central do Governo e de seu principal partido de sustentação.

Esqueçam-se os processos do Ministério Público contra fraudes e desvios milionários, legalize-se a continuação da “farra” por MP, anuncie-se milhares de vagas para carentes, negros, presidiários e outros despossuídos, transformados em espetáculos de “marketing” e teremos o resultado mais imediato: a precoce aplicação das Parcerias Público-Privadas (PPP), justamente na área da Educação, antes mesmo que o Congresso aprove o projeto que vai “escancarar” o país para continuidade do “espetáculo do crescimento” dos lucros privados às custas de favores fiscais e generosos empréstimos dos Bancos Oficiais, entre outras concessões perenes do Estado aos donos do poder econômico deste País.

Justifica-se, integralmente, então, o combate a esses graves equívocos políticos, cujas conseqüências têm implicações sérias e danosas sobre a Universidade Pública e Gratuita.

É fácil provar que uma fração apenas da renúncia (e da anistia) fiscal, generosamente oferecida aos empresários da educação superior, poderia contribuir, decisivamente, para a adoção de um programa indispensável de recuperação e expansão das Universidades Públicas.

São anos de arrocho e sucateamento que atinge fortemente a estrutura das Instituições e o ânimo dos que nela trabalham, estudam e constroem uma perspectiva de futuro para a Nação.

A despeito disso, as Universidades Públicas têm respondido positivamente às demandas sociais, promovendo a expansão qualitativa e também quantitativa dos seus resultados, em termos de aumento de matrículas nos seus cursos, de trabalhos científicos publicados e de ações em benefício das comunidades.

Como disse a ex-reitora da UFRGS e ex-Presidente da ANDIFES, Wrana Maria Panizzi: *“afirmar a Universidade, a educação superior e o ensino público é uma luta de toda a sociedade”*.

É nesse contexto que se situam as demandas sociais e as lutas dos que têm, historicamente, construído a Universidade Pública. Cabe-lhes, portanto, denunciar e combater desvios e equívocos como o PROUNI.

Oswaldo de Oliveira Maciel
Prof. Aposentado do Departamento de Bioquímica
Centro de Ciências Biológicas da UFSC